

# MOVIMENTOS SOCIAIS



*O MST acredita que a insatisfação popular eclodirá mais cedo ou mais tarde. Enquanto isso, os movimentos sociais lutam para politizar suas bases e ampliar o alcance de suas mensagens. A questão ambiental é vista como oportunidade de debate mais amplo.*

## Movimentos sociais lutam para politizar suas bases

Muitos se perguntam onde estariam os movimentos sociais e em que momento a insatisfação popular eclodirá em revolta organizada.

Na prática, os movimentos sociais estão ativos, dentro de limites novos impostos pela conjuntura, como a brusca queda de arrecadação e o cenário de retirada de direitos e crescente desemprego, que faz brotar o temor de retaliações nos indivíduos que creem ter ainda algo a perder.

Por outro lado, o recente escândalo internacional e doméstico em torno das queimadas na Amazônia pode, na avaliação de lideranças, representar nova “pegada” para dialogar com setores médios da sociedade.

A recente Marcha das Margaridas, que em sua sexta edição levou aproximadamente cem mil mulheres a Brasília, vindas de diversos pontos do país, é uma demonstração de que os movimentos organizados, incluindo os mais longevos, lutam contra o desânimo e a apatia.

O movimento estudantil, com o apoio e participação dos professores e trabalhadores da educação pública – e de setores do ensino privado também – realizou em agosto a terceira mobilização nacional

num espaço de três meses, evidenciando fôlego que seria raro mesmo em momentos de relativa bonança econômica e de atmosfera democrática.

Outro ponto de destaque nas mobilizações em defesa da educação, já atingida por profundos cortes de verbas e perseguição ideológica, foi a incorporação, pela pauta estudantil, da defesa dos direitos previdenciários. O fato é que as recentes manifestações de rua de alunos, professores e trabalhadores da educação, gestadas no interior das universidades públicas desde a derrubada de Dilma Rousseff (ver a edição de maio deste boletim), adquiriram concretude na esteira das mobilizações contra o projeto de desmonte da Previdência, que tiveram no 1º de maio deste ano uma importante expressão. Naquela data, o anúncio da Greve Geral contra a retirada de direitos para o dia 14 de junho também serviu para dar visibilidade à grande paralisação que os estudantes pretendiam realizar no dia 15 de maio.

Setores organizados da educação – como diretórios centrais de estudantes e sindicatos de trabalhadores – já vinham, naquele momento, debatendo a unidade com o movimento sindical amplo. As conversas se seguiram, refletidas nas manifestações de rua seguin-

tes, desta vez com o movimento estudantil à frente, com o apoio das centrais e a inclusão da pauta trabalhista, notadamente a questão previdenciária.

Até onde se pode divisar neste momento, trata-se de um efetivo exercício de unidade na luta.

No entanto, em muitos observadores persiste a inquietação sobre os resultados práticos dessas mobilizações e o tamanho da adesão popular a elas.

### Disputa palmo a palmo

Gilmar Mauro, um dos coordenadores do Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), relembra que os prazos e resultados da mobilização popular nem sempre correspondem ao calendário convencional, afeito à ideia de produtividade e datas marcadas antecipadamente. “Nós não temos pressa (risos). Nossa pressa não apressaria a história. É preciso construir essa ampla unidade do campo popular numa perspectiva que esse enfrentamento se dê conjuntamente”, afirma.

Mesmo assim, já é possível contabilizar resultados práticos, no entendimento de Iago Montalvão, presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE). Ele avalia que a própria sequência de mobilizações já representa um avanço. “Uma mobilização recorrente, em tão pouco espaço de tempo, com uma mesma pauta contra ameaças que ainda não foram derrubadas, é algo pouco comum na história das últimas décadas”, diz.

“Além disso”, continua Iago, “o próprio Future-se (proposta de mudanças na gestão e políticas das universidades federais anunciada pelo governo em julho), por mais preocupante que seja, já representa um recuo do governo. As propostas iniciais para o setor eram cobrança de mensalidade, implementar formalmente o Escola sem Partido. Precisamos avançar mais nesse sentido e pressionar, mas os resultados já começam a surgir”, completa.

Entre dirigentes sindicais, também avalia-se que a resistência tem impedido danos maiores às conquistas sociais. Até o momento, a derrubada da proposta de capitalização da Previdência Social, considerada por muitos a mais nociva do pacote bolsonarista para a área, é resultado da pressão popular. A derrubada da legalização geral e não-re-

munerada do trabalho aos domingos, também.

Alguns outros palcos de terreno foram preservados neste mês de agosto. O Supremo Tribunal Federal (STF) julgou improcedente ação direta de inconstitucionalidade do Partido Social Liberal (PSL), ao qual pertence o presidente da República, que pretendia mudar o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) para permitir que forças policiais detivessem todo e qualquer menino ou menina, desacompanhado de responsáveis, que aparentasse vadiagem. O resultado, sem dúvida, vem da pressão dos movimentos sociais e de setores civilizados da sociedade civil.

### Está chegando a hora?

O que se pode esperar dos meses que virão, nesse cenário de escalada autoritária? Os movimentos estariam prontos e atentos para o enfrentamento necessário para esse período sem previsão certa para terminar?

“Nós continuamos a fazer resistência ativa. Mas isso não significa cair nas provocações do Bolsonaro e da turma dele. O que ocorre, em todos os movimentos populares, são os limites organizativos. O movimento social e o sindical em geral priorizaram as bandeiras econômicas e corporativas. Eu digo em geral porque há particularidades. Quando cessam as possibilidades de conquistas econômicas, é natural que haja um processo de recuo das bases. Acho que esse tem sido um erro histórico. Muitos acham que o papel dos movimentos é fazer a luta econômica, e que caberia aos partidos fazer a luta política. Isso teria levado os movimentos a uma lógica economicista e os partidos uma a burocratização. Não dá para separar a luta econômica da luta política”, analisa Gilmar Mauro, do MST.

“Voltando para a conjuntura: estamos todos hoje impelidos a fazer luta política, porque não há a menor possibilidade de conquistas econômicas do ponto de vista corporativo para nenhuma categoria em particular, a não ser para os latifundiários, o agronegócio e o sistema financeiro. Esse é um lado da dificuldade de mobilização, real. Por outro lado, é tempo de politizar, com nossas bases, as categorias. Esse é um dos ingredientes. Há vários: as dificuldades metodológicas para furar a bolha e

ampliar o debate para outros setores, incorporação da juventude, as metodologias das mobilizações também não têm mais uma capacidade atrativa. São vários fatores, não só o governo Bolsonaro. Há um problema organizativo interno às entidades do movimento popular”, completa.

Porém, Gilmar divisa um momento de ruptura que virá, cedo ou tarde: “Aqui há um capítulo muito importante. Há um agravamento grande da crise social, e eu diria da barbárie em geral. Sem nenhuma perspectiva de solução a médio prazo. A possibilidade de conseguir um emprego formal é uma coisa praticamente fora de perspectiva nesse cenário. A fome e a miséria já voltam com muita força. Então, o potencial de luta pela terra no próximo período vai ser enorme. Mesmo com o governo armando essa barragem de contenção para não solucionar a questão da terra, uma hora essa barragem explode. O que precisamos ter nesse momento é muita maturidade para fazer um enfrentamento contundente e ao mesmo tempo evitar a violência direta, como vem ocorrendo”.

Carmem Foro, vice-presidenta da CUT, trabalhadora rural, integrante da Contag (Confederação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais) e uma das lideranças da Marcha das Margaridas, afirma que a sexta edição dessa mobilização de rua, que ocorre de quatro em quatro anos, é uma demonstração viva da energia que os movimentos sociais preservam.

“Nós construímos as seis marchas em contextos muito diferentes uma da outra. A primeira, no ano 2000, foi no contexto FHC. Outras, no contexto Lula e Dilma. Nestas, podíamos contar com conquistas. A primeira, assim como esta, última, teve caráter de protesto. Na primeira, entregamos uma pauta que foi engavetada. Nesta, nos recusamos a entregar pauta porque não admitiríamos aparecer na foto com este governo”, reflete Carmem.

### **Céu escuro: parábola apocalíptica**

“Essa marcha tem um papel de encorajamento muito grande, diante de todas as dificuldades que estamos enfrentando. Ainda que só tivesse vinte mil mulheres em Brasília, essa marcha estaria revestida de um grande caráter de enfrentamento.

O que move essas mulheres é a ideia de ajudar a mudar o país, a realidade, as nossas vidas. É muita ousadia: sair de locais distantes, no interior, mulheres que têm condições financeiras muito inferiores à média, que chegam em Brasília animadas por acreditar que podem mover, mudar a realidade. Nós não vamos só a Brasília quando tem governo de diálogo, não. Vamos também para dizer: não queremos este governo”, completa a dirigente cutista. “Governo da morte, da destruição do meio ambiente, dos direitos, do patrimônio nacional”.

A Amazônia em chamas e o espanto causado pela fumaça que transformou o dia em noite, numa parábola apocalíptica sobre o atual governo federal, entraram no radar dos movimentos sociais como possibilidade de amalgamar insatisfações e pensar novas formas de mobilização popular.

O MST, informa Gilmar, está preparando a realização de encontro internacional para janeiro de 2020, provavelmente sediado em São Paulo, nos moldes do Fórum Social Mundial, mas desta vez com enfoque na questão ambiental. Os preparativos, já em curso, reúnem nesta primeira etapa cientistas e organizações que atuam nesse tema. O MST conta também com a participação do Vaticano, uma vez que o papa Francisco, que propõe encontro semelhante para março ou abril do ano que vem na Europa, sinaliza apoio. “Queremos aproveitar a Greve Geral do Clima, que os europeus anunciam para setembro deste ano, e reproduzir isso por aqui, uma grande campanha interna e com um grande plantio de árvores. Para, com esse outro tipo de tática, atingir novos setores da sociedade. Aliás, até setores do agronegócio já começam a mostrar contradições neste bloco de poder que chegou ao governo”, anuncia o dirigente.

A UNE, informa Iago, também anuncia que a questão ambiental estará no centro das novas mobilizações. A próxima ocorrerá em 7 de setembro, no já tradicional Grito dos Excluídos, ao qual os estudantes prometem acorrer em peso. Tanto para ele quanto para Gilmar Mauro, esta é uma chance de dialogar com setores sociais até então afastados das lutas de rua e de questionar, politicamente, o modelo econômico predominante no mundo.